

ATA DE JULGAMENTO

CORTE ESPECIAL

Ata da 11ª Sessão Ordinária

Em 18 de junho de 1997

Presidente: Exm^o Sr. MINISTRO BUENO DE SOUZA

Subprocurador-Geral da República: Exm^a Sra. Dra. DELZA CURVELLO
ROCHA

Secretária: BEL^a. LÚCIA MARGARET SIMAS MOURA

Às 14:00 horas, presentes os Exmos. Senhores Ministros, JOSÉ DANTAS, WILLIAM PATTERSON, AMÉRICO LUZ, ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, CID FLAQUER SCARTEZZINI, COSTA LEITE, NILSON NAVES, EDUARDO RIBEIRO, JOSÉ DE JESUS FILHO, EDSON VIDIGAL, GARCIA VIEIRA, LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, WALDEMAR ZVEITER, FONTES DE ALENCAR, SÁLVIO DE FIGUEIREDO, HÉLIO MOSIMANN, PEÇANHA MARTINS, DEMÓCRITO REINALDO, HUMBERTO GOMES DE BARROS e ANSÉLMO SANTIAGO foi aberta a sessão.

Lida e não impugnada, foi aprovada a ata da sessão anterior.

JULGAMENTOS

PALAVRAS

O SR MINISTRO JOSÉ DANTAS: Srs. Ministros, Sr^a Subprocuradora-Geral da República, Sr. Presidente Ministro Bueno de Souza: De épocas em épocas, mais ou menos previsíveis, conveço-me um dever para com o Tribunal a que perterncemos. Esporádico, na medida repetitiva com que ocorre bienalmente, e episódico, na medida da sua significação memorável como acervo da respeitável história da Corte.

Ao que se pronuncia, vê-se que me refiro ao dever de regidtrar, como vento fazendo há alguns biênios, o ponto final do mandado presidencial dos eminentes colegas que tenham exercido. Faço-o, ademais, como "ofício do decanato" que me avoro, e por isso, sem os arroubos das vanglórias e dos fastígios que despertem vaidades imerecidas.

Desse modo, Senhor Presidente, no ritmo dos mais singelos pensamentos de fraternidade e coleguismo, registro o marco final de sua mensão, prestes a vencer-se nesta última sessão da Corte Especial, sob sua presidência. Diria que, a contento das expectativas, Vossa Excelência saiu-se bem, sem a jactância de promoções monumentais da harmonia de nossa convivência colegiada - o trato amleno e cordial do respeito mútuo.

Além desse predicado que residiu aos embates naturais deste nosso universo de tão díspares modos de entensder agir, no ponto maior de lsua gestão se destacaria como palma a feliz iniciativa de promover, sob os au'pícios deste Superior Tribunal, o Primeiro Fórum Nacional de Debates sobre o Poder Judiciário. Daí que merece anotar, como

tombo desta desprezenciosa crônica, a repercussão daquele evento nos mais diversos segmentos sócio-políticos do país. Anoto-a, e. g. , pela

brilhante pena de D. Luciano Mendes de Almeida, Vice-Presidente da Conferência Episcopal da América Latina, neste tom de seu pronunciamento:

"Merece aplausos a iniciativa do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho de Justiça Federal ao promoverem o Primeiro Fórum Nacional de Debates sobre o Poder Judiciário.

Abriu-se, assim, um espaço novo de estudo e busca de soluções para responder às expectativas de juízes e de vários setores da sociedade quanto ao aprofundamento do desempenho do Poder Judiciário.

O programa, amplo e de intenso trabalho reuniu, de 11 a 13 de junho, na sede do STJ, 57 painelistas convidados para expor e debater três conjuntos de temas: 1º) Estado e poder, analisando a estrutura constitucional dos Poderes do Estado, a ética do poder e, em especial, legitimidade e controle do Poder Judiciário; 2º) temas atuais ligados ao exercício desse Poder: desemprego e violência, reforma agrária, criminalidade e Justiça, examinando as causas da impunidade e soluções possíveis, atuação e responsabilidade dos meios de comunicação; 3º) a reforma do Judiciário.

É preciso salientar o clima de liberdade de pensamento e expressão e de respeito à diversidade de posições que marcou a participação dos painelistas responsáveis por cada tema. A experiência desse ciclo de debates, de iniciativa da magistratura nacional, ofereceu notável demonstração de como é possível criar oportunidade de diálogo maduro e construtivo entre os vários segmentos da sociedade. " - "Poder Judiciário" - Folha de São Paulo, 14.06.97.

Por isso que não mentiu a Declaração Final do festejado conclave, neste seu vigoroso fecho:

"Reiterou-se a clara consciência do papel e da responsabilidade do Poder Judiciário de arbitrar as divergências entre os demais Poderes, para resguardo das justas expectativas de expansão da cidadania.

Assinalou-se, por fim, que o 1º FORUM NACIONAL DE DEBATES SOBRE O PODER JUDICIÁRIO se manteve distante de mero sentido reivindicatório, constituindo-se em instrumento de debate eminentemente institucional, cujo prosseguimento se impõe, por essencialidade, a uma autêntica reforma do Judiciário. "

Senhor Presidente, que não mora no "primeiro ordinal" tão ponderoso fórum, a bem do merecimento que V. Ex^a. granjeou por tê-lo realizado, nas vésperas de sua despedida dos foros administrativos

do nosso Tribunal.

O SR. MINISTRO BUENO DE SOUZA (PRESIDENTE): Srs. Ministros, Sr^a Subprocuradora-Geral, nesta última sessão da Corte Especial do biênio em que me coube a honra de presidir o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho da Justiça Federal, sinto-me no dever de apresentar a V. Exas. este relato, ainda resumido, do que de mais significativo foi possível realizar, bem como dos desafios que, consoante a nossa modesta experiência, cumpre registrar e transmitir, aguardam oportuno enfreto em vista do compromisso comum de permanente aperfeiçoamento desta nova e importante instituição Judiciária.

o período a se encerrar com a posse, no próximo dia 23, do Ilustre Ministro Vice-Presidente, Américo Luz, assinalou-se pela necessidade de ajustar a acomodação do Tribunal a sua nova sede. Este conjunto de cinco edifícios, comportando área construída quase dez vezes maior que a de sua localização anterior, o que demandou ingentes esforços e atuação coerente e continuada, certo que a atual gestão se iniciou no ato de inauguração desta majestosa sede do Tribunal. Impunha-se, portanto, configurar nova estrutura para organização dos serviços administrativos, segundo as novas necessidades a serem atendidas pelo mesmo quadro de servidores, atuando conforme procedimentos que não haviam sido concebidos, como é natural para esta nova realidade.

Foi, por isso, proposta ao Conselho de Administração a reestruturação do organograma dos serviços administrativos, destacando-se a descentralização das funções até então concentradas na Diretoria-Geral, dificilmente capacitada para assegurar, neste novo ambiente, atendimento pronto e eficiente às necessidades de coordenação e fiscalização, indispensáveis para a regularidade dos serviços.

Em seu lugar e com o decidido apoio unânime do Conselho de Administração em sua composição plenária, implantaram-se três Secretarias-Gerais; a da Presidência, a Judiciária e a Administrativa, de modo a proporcionar e assegurar pela permanente cooperação dos secretários-gerais, a indispensável integração da ação administrativa e maior eficiência do serviço, evitando-se o indesejável desequilíbrio ou inconveniente anulação de uma área por outra.

Esta nova estrutura reclamava a especificação atualizada das funções das diversas repartições, tarefa logo empreendida com a cooperação de conhecido especialista em organização e método. Encontra-se em fase final de elaboração e, em parte, já aprovada e em prática, o

conjunto de normas de serviço ou regulamentos setoriais, organizado como manual, apresentado de modo a permanecer sempre aberto a fim de comportar adaptações e inovações que a experiência incessantemente recomenda. Foi francamente animadora a receptividade a esse empreendimento, que também descreve as rotinas a observar no dia-a-dia de cada unidade, uniformizando-se procedimentos, sempre que possível simplificados.

A importância desses manuais dificilmente poderá ser exagerada: são eles o antídoto específico para um dos males mais comuns da administração pública brasileira, as "caixas-pretas", isto é, aqueles setores de qualquer grande repartição, cuja atuação constitui verdadeiro segredo, guardado a muitas chaves por seus chefes dos quais o serviço público passa a depender. É o que a tão apregoada transparência busca combater e eliminar, a bem da normalidade funcional.

Desdobramento imediato da reestruturação organizacional e da regulamentação dos procedimentos administrativos rotineiros, com a conseqüente racionalização do serviço, foi a criação do sistema LINCE, que vem a ser protocolo administrativo central informatizado, a assegurar o rápido intercâmbio (aliás, indispensável) do expediente interno, sobremaneira simplificado na forma do manual operacional respectivo em franca utilização, garantindo eficácia à memória administrativa da Corte e à tramitação procedimentos administrativos acessível ao usuário.

Soma-se à essa inovação o prosseguimento do projeto de informatização dos serviços de apoio direto a função-fim do Tribunal. A par da aquisição de 375 microcomputadores Pentium 133, a somarem-se aos 885 já antes existentes, acham-se em fase final de instalação os gabinetes virtuais que, providos de linha telefônica exclusiva, instrumentam os Senhores Ministros de modo que, em suas próprias casas, podem acessar o banco de dados do Tribunal e a própria Internet, agilizando-se a capacidade de, com o auxílio dos "notesbooks", elaborar, onde quer que se encontrem, seus trabalhos e enviá-los ao Tribunal. Aliás, o acesso do público ao Tribunal e ao seu banco de dados, seja para acompanhamento da marcha de processos (não somente judiciários), ou para conhecimento de jurisprudência (do inteiro teor dos acórdãos), antiga aspiração de todos, está agora concretizado, em excelentes condições técnicas de funcionamento.

Uma das grandes dificuldades com que se depara o Presidente, ao assumir o mandato, muitas vezes advém do desconhecimento das aptidões específicas de servidores da Casa, agravado pela

insuficiência de planos de ação voltados a formação de quadros devidamente adestrados para as diversas áreas. Disso resulta a busca, às vezes excessiva e desnecessária, de recursos humanos de outros setores do serviço público, o que desestimula os funcionários do Tribunal, agravando o índice de rotatividade que se vem acentuando.

Procurou-se, a propósito, desenvolver o projeto de formação de quadros ensejando-se oportunidade de capacitação de nossos servidores para o desempenho de tarefas próprias da Instituição. Foram projetados e realizados, em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, cursos de administração judiciária em nível de pós-graduação lato sensu. O primeiro habilitou 24 servidores. O segundo está em andamento. Um catálogo divulga a relação nominal dos conc1uintes do primeiro curso aberto à inscrição e seleção de candidatos. O êxito foi por todos reconhecido.

Ainda na área administrativa, empregou-se grande esforço no aperfeiçoamento, tanto do ponto de vista de equipamento como operacional da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, a consistir na ampliação da Seção de Odontologia, com a instalação de dois novos e modernos gabinetes, acrescidos de instrumental e equipamento moderno de modo a habilitar essa seção à efetiva prestação do serviço de assistência odontológica, de custo tão elevado no mercado, de modo a não se limitar mais apenas às emergências ou à mera aprovação de orçamentos de serviços terceirizados geralmente de alto custo.

Anoto, também, a inauguração do novo espaço destinado à Seção de Fisioterapia, dotada de modernos e apropriados equipamentos para melhor atendimento das necessidades dos servidores e Magistrados, necessitados da assistência, em razão mesmo das características da sua ocupação profissional.

Em relação ao PRÓ-SER, apesar das dificuldades provocadas pela impiedosa política de cortes orçamentários radicais praticada pelo Tesouro Nacional, é de se ressaltar que o atendimento foi ampliado, quer se considere o número de conveniados, quer se leve em conta a quantidade e variedade das especialidades oferecidas. Acham-se restabelecidos, neste momento, os convênios com os Hospitais Albert Einstein, Sírio-Libanês, Incor e Laboratório Fleury, todos de São Paulo, e em preparo convênios semelhantes com hospitais do Rio de Janeiro.

Ainda no que diz a política de pessoal, prosseguiu-se nos esforços que vinham sendo desenvolvidos, para obtenção do Plano de Carreira na Constituição. O grande empenho dos nossos Pares e dos demais

Tribunais Superiores, aliado à persistência de todos nós, permitiu que a Lei nº 9.421, de dezembro de 1996 consubstanciasse, ainda que deixando muito a desejar, aquilo que foi possível obter.

Não obstante as dificuldades que de início se apresentaram, superadas no curso da gestão, no que tange à obtenção de recursos orçamentários do Tesouro, feito o balanço final, fica patente o equilíbrio financeiro alcançado pelo Tribunal, no período. Foi mínima a variação do orçamento executado, comparando-se os exercícios de 1995 e 1996, bem como os primeiros seis meses do corrente ano. Esse equilíbrio verificou-se sem prejuízo do pagamento de direito e vantagens devidas a Magistrados, a servidores e as suas viúvas, alguns provenientes de anos anteriores, sempre após deliberação do Conselho de Administração.

Procurou-se, através da Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros, prestar serviço de melhor qualidade técnica, proporcionando à Instituição um serviço de segurança ostensivo, por meio de convênio celebrado com a Polícia Militar do Distrito Federal, em dezembro passado, abrangendo tanto residências dos Ministros como o perímetro externo do Tribunal, o que também proporcionou tranqüilidade e garantia aos servidores e visitantes. Deixou-se para apreciação futura dos ilustres integrantes do Conselho de Administração a decisão sobre implantar ou não um Plano de Segurança baseado em premissas técnicas e desenvolvido de acordo com necessidades apuradas no dia-a-dia do Tribunal, de modo a prever instalação de equipamentos eletrônicos que permitam detecção de armas, rápida identificação de visitantes, servidores, Advogados e Magistrados, a fim de lhes facilitar o acesso rápido às diversas áreas do Tribunal, sem comprometer a segurança patrimonial da sede e a tranqüilidade dos Ministros, bem como a necessária inspeção do enorme volume da carga que diariamente ingressa em nossas dependências.

Da mesma forma, foi elaborada, para posterior apreciação, proposta de transferência da responsabilidade pela segurança interna de edifícios, hoje desempenhada por empresa contratada para Polícia Militar do Distrito Federal, precisamente a exemplo do que já ocorre no Supremo Tribunal Federal, no Tribunal de Contas da União e no Palácio do Planalto, com melhoria do serviço, redução do custo e respeito ao caráter eminentemente público dos serviços de segurança. A mesma Secretaria contribuiu, nesses dois anos, para melhor inserção paisagística do Tribunal. Além da construção e iluminação dos estacionamentos, os gramados e os jardins incipientes dão prova dessa mudança, o que só se tomou possível graças à parceria, em boa

hora estabelecida com a Novacap, a custos mínimos para o Tribunal. Outra ação que cabe salientar, refere-se ao conveniente aparelhamento dos serviços de embarque, que vem sendo cada vez mais solicitado pelos Senhores Ministros, servindo de padrão para outros organismos públicos.

Nesta altura, o Tribunal goza de espaço próprio na cidade, reconhecido pelos eventos que se realizam em sua sede.

Freqüentes exposições artísticas, seminários e congressos, aqui realizados, promovidos pelo próprio Tribunal, pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal assim como por outras instituições de renome têm contribuído positivamente para a abertura desta sede à Capital da República ampliando-se consideravelmente, a presença do público em nossos espaços.

Externamente, acentuou-se o âmbito de atuação política do Superior Tribunal de Justiça com a promoção e encorajamento de relações internacionais. O Tribunal, na pessoa do seu Presidente, foi convidado a visitar as Cortes Superiores do Reino de Marrocos, de Portugal, da Itália e da França, assim como os Tribunais Supranacionais da Haia e Luxemburgo. Essa abertura ao exterior não se restringiu a viagens do Presidente. Missões de representação do Tribunal desempenhadas pelos Srs. Ministros Sálvio de Figueiredo, Barros Monteiro, Ruy Rosado, Adhemar Maciel e Ari Pargendler bem demonstram a ampliação desses promissores horizontes.

Enquanto isso, o Tribunal continuou recebendo o influxo da avalanche de processos que diariamente ingressa no protocolo, a provar que a explosão de litígios continua ampliando-se, o que, por sua vez, denuncia a gravidade da crise institucional que o País experimenta.

De vinte e três de junho de 1995 a oito de maio do corrente ano, foram autuados 148.539 processos, dos quais 147.690 foram distribuídos. Em média, coube 5.098 feitos para cada Relator, 146 a mais que no biênio anterior. Nas setecentas e quarenta e seis sessões realizadas até o início do mês de maio, o Tribunal julgou 134.475 feitos, certo que não há senão cerca de três mil processos aguardando, neste momento, a distribuição.

Não obstante o extenuante esforço e a integral dedicação dos Srs. Ministros, remanescem pendentes de decisão 42.084 feitos. Os dados da Divisão de Estatística Processual, porém, revelam que ocorreu um aumento de 65, 23% na quantidade dos processos julgados, sucesso atribuído, em parte, à agilização proporcionada pelos serviços de informática disponibilizados, que têm permitido não somente a melhoria dos serviços estatísticos, como a agilização da indexação e recuperação da jurisprudência da Casa.

Neste capítulo, merece menção a transferência das instalações da maioria dos órgãos da Secretaria-Geral Judiciária para ambiente mais condizente com o tipo e a natureza do trabalho ali realizado e com a devida atenção à nobre classe dos advogados.

Também procurou-se dotar a Biblioteca Oscar Saraiva de referências bibliográficas indispensáveis, por meio de aquisições como a da biblioteca do inesquecível mestre José Frederico Marques, assim como por intermédio da atualização permanente de seu acervo.

Do ponto de vista da economia da administração considero oportuno referir as diligências empregadas para reduzir os custos dos serviços terceirizados, tema aliás, dos mais delicados na administração pública brasileira contemporânea. Posso agora comunicar ao Tribunal alguns dos resultados das mencionadas diligências, que ainda não são satisfatórios, mas promissores, resumindo que em contrato de prorrogação de serviços de manutenção de sistemas elétricos, hidráulicos e sanitários, ajustado em maio último, foi possível obter uma redução de 19% do custo anteriormente acordado. Assim também, no contrato de controle de sistemas especiais, assinado no dia seis do corrente mês, obteve-se redução de 9% em contrato de manutenção no sistema do ar-condicionado, a economia de 30% do valor anteriormente ajustado; e, finalmente, em contrato de manutenção do sistema de som, o decréscimo foi de 26% em relação ao que vinha sendo praticado.

Estou convencido de que esta é uma das áreas, mais sensíveis da administração da Corte, pois as despesas com serviços contratados, no Tribunal, orçam por mais de dois milhões de reais por mês, com a agravante de que nem sempre se trata verdadeiramente de terceirização de mão-de-obra, senão, muitas vezes, de mera intermediação cuja compatibilidade com a lei brasileira é repudiada pela unanimidade dos tratadistas. Mas a montanha de processos que nos circunda, não nos autoriza a negligenciar a realidade, perscrutar o futuro e discutir saídas para os dilemas que enfrentamos.

A conjuntura política muitas vezes exigiu participação ativa da Presidência do Tribunal, seja nos círculos de representação da magistratura brasileira, na imprensa, na mídia em geral, seja no âmbito especificamente parlamentar, em audiências para assegurar a manutenção de verbas orçamentárias ou encaminhar projetos de interesse do Tribunal e do Conselho da Justiça Federal, em que fui muito auxiliado pela competente atuação do Sr. Ministro Peçanha Martins, sem conhecer do Sr. Ministro José de Jesus Filho e de outros Colegas que se irmanaram com o Presidente nas visitas ao

Congresso Nacional. A conjuntura política muitas vezes exigiu participação ativa da Presidência, portanto, como disse, para defesa da sua proposta orçamentária.

Antes mesmo do término da tramitação das medidas preconizadas no substitutivo Jairo Carneiro (como ficou mais conhecida a ansiada Reforma do Judiciário), generaliza-se a convicção de que elas já não servem de remédio adequado a combater os males e suprir as deficiências do Judiciário. Os problemas são mais profundos enquanto a receita é superficial. Os seus efeitos, se puderam minorar a aflição do paciente, certamente não conseguirão, contudo, curar o mal pela raiz.

O advento da súmula vinculante, expediente miraculoso da pretendida reforma, poderá contribuir para desafogar os escaninhos abarrotados, mas não proporcionará ao aparelho judiciário a agilidade requerida pelo nosso tempo, podendo comprometer o vigor da jurisprudência nacional.

Como tem observado o Ilustre Sr. Ministro Celso de Melo, como efeito colateral, o esdrúxulo artifício poderá comprometer a independência que devem ter os Juízes na apreciação das causas que lhes são submetidas, estimulando o surgimento da "hermenêutica da submissão" ou do crime de divergência no crime de jurisprudência nas palavras de Rui Barbosa, como também observou o novo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Na verdade, a cada dia fica mais claro que essa reforma em tramitação não corresponde às expectativas acumuladas nos últimos anos. Para resumir a crítica às suas deficiências, basta observar que a proposta em causa sequer se dispõe a enfrentar a necessidade de redesenhar a órbita das competências dos Tribunais Superiores, nem redefine a carreira da Magistratura, que, como sabemos, há anos vem enfrentando o desalento, em face do aviltamento de que é alvo por parte de setores do Poder Público.

Permanece na pauta nacional, à espera de entendimento de alto nível, o contencioso entre os Poderes, em que se destacam os problemas provocados pela banalização das medidas provisórias e a prática que contradiz frontalmente o critério de urgência e relevância exigido pela Constituição Federal, e que o Conselho Constitucional da Itália, País de onde o Instituto foi importado, minuciosamente examina caso por caso.

Há ainda outros temas relevantes que continuam a esperar a atenção diligente das autoridades, tais como a definição das regras para o cumprimento dos precatórios e o estabelecimento de procedimentos administrativos regulares que assegurem a realização prática do

princípio constitucional da convivência harmoniosa dos Poderes. Foi justamente essa carência de definições e esse estado de espírito que nos inspirou a conclamar a realização do I Fórum Nacional de Debates sobre o Judiciário que reuniu, na última semana, parcela altamente representativa da magistratura e da sociedade brasileira para discutir temas pertinentes ao futuro da Justiça em nosso país. Esta oportuna iniciativa, evidenciada pela repercussão que os debates alcançaram, impunha-se e se impõe para o futuro. Não poderíamos permanecer alheios à espera de que venham a ser adotadas alternativas para por quem não reúne suficiente grau de experiência na vivência dos problemas da diuturna prática dos Juízes. Senhores Ministros, Senhora Subprocuradora-Geral, antes de concluir, devo referir-me a outro tema, delicado por sua natureza, pois relacionado à intensa presença do Tribunal na mídia. Apesar das aleivasas as sacadas contra esta Casa, hoje, inegavelmente, é geral o reconhecimento público do trabalho desta Corte. Esta realidade não diz respeito exclusivamente à amplíssima repercussão que recentes decisões referentes à privatização da Cia. Vale do Rio Doce e ao assassinato do índio pataxó Galdino obtiveram; mas, principalmente, está relacionado ao interesse que as decisões das Turmas e Seções do Tribunal vêm constantemente despertando entre os meios de comunicação, de forma geral. Tais críticas, portanto, vêm provocando justa indignação e compreensível repulsa dos Srs. Ministros, a eles devemos, no entanto, considerar que, por mais das vezes, por trás do noticiário calunioso ou sub-reptício contra o Tribunal, esconde-se o fel da intriga inspirada por aqueles que não podem suportar, com naturalidade a atuação de um Judiciário independente, presente e imparcial. No fundo, revelam, isto sim, as perplexidades da incipiente democracia brasileira, a qual cumpre ao Judiciário contribuir para consolidar. Sempre que absurdas e maldosas, não turvarão nossos horizontes. Devem, antes, desprezar-se, como pruridos inconformistas, à margem do caminho que há de ser percorrido pelo Judiciário nacional, no rumo da prestação do melhor serviço possível devido ao povo brasileiro. O futuro vem chegando. E é com satisfação que posso assegurar meus eminentes Colegas que o STJ está preparado para recebê-lo. Cumpro, finalmente, o dever de exprimir a imensa gratidão de que me acho nutrido pelo constante apoio dos meus Eminentíssimos Pares, freqüentemente aconselhado, aberto às opiniões, às mais discrepantes, lamento não poder ter atendido a todos os pleitos que

me foram dirigidos, embora fosse este o meu propósito. Tenho procurado, isto sim, manter a Presidência nos limites da legalidade, do respeito à Constituição e de levar a presença do Tribunal aos mais distantes rincões para aumento e consolidação da confiança do povo brasileiro na Justiça.

Quero dizer uma palavra comovida de agradecimento ao Oráculo desta Casa, ao Decano do Tribunal, Ministro José Dantas, ao maior dos seus tribunos, que saiu dos seus cuidados que a saúde recomenda para me trazer o abraço generoso que significa para mim o banho nas águas lustrais do mais sagrado da Instituição.

Formulo ao Ministro Américo Luz, prezado colega e amigo, os melhores votos de sucesso na gestão que se inicia; ao Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Vice-Presidente, a todos os demais membros do Conselho da Justiça Federal, este órgão de tanta importância e atualidade e aos suplentes, ao Diretor da Revista, o completo êxito ao longo dos trabalhos que vão desenvolver numa época tão significativa de nossa história.

Parece-me que o Ministro José de Jesus Filho não voltará a esta sessão? Estou me adiantando indevidamente, Ministro José de Jesus Filho? Deixo com V. Exa, penso que expressando o pensamento do Tribunal, o sentimento de perda que a todos nos invade, sua companhia austera, a sinceridade com que V. Exa exprime suas convicções, os seus queixumes, as suas expectativas, a lealdade com que tem me aconselhado, recomendam o perfil e a biografia de V. Exa, ao que tenho de mais recôndito na minha gratidão. Desejo que V. Exa seja um elo entre o poder Judiciário e o Executivo brasileiro, numa época em que o bom convívio dos poderes é, provavelmente, uma das mais importantes aspirações do nosso povo. Seja feliz, Exa, lá, Ministro José de Jesus Filho.

Muito obrigado a todos.

O SR. MINISTRO JOSÉ DE JESUS FILHO: Sr. Presidente, não sou dado a despedidas, sou homem extremamente emotivo. Gosto é da chegada. Na saída, preferiria sair silenciosamente, mas já que V. Exa apresentou as despedidas, quero dizer a todos que nas novas funções que vou assumir, possivelmente no dia primeiro, estarei aberto a colaborar com o Poder Judiciário. Quero ser, no Governo da República, o elo de ligação necessário para as conquistas do Poder Judiciário que até agora não vieram, não por falta de diálogo, que sempre houve, mas por aspectos circunstanciais. O Poder Judiciário quer, apenas, o necessário para sua sobrevivência, com dignidade.

É com esse espírito que deixo esta Corte, extremamente emocionado, porque aqui passei dez anos nesse convívio tão agradável, tão amigo,

que não pretendo esquecer. Quero colocar-me à disposição de todos os Colegas para que nas novas funções que vou exercer possa ter em cada um, um amigo, um colega de sempre. Muito obrigado!

DRa DELZA CURVELLO ROCHA (SUBPROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA): Exmo Sr. Ministro Romildo Bueno de Souza, digno Presidente do Superior Tribunal de Justiça, ExmOs Srs. Ministros; uma das nossas preocupações ao assumir as funções de Ministério Público, junto a esta Corte Especial, foi a de ter de oficiar junto a Ministros que pouco conhecíamos. Nosso relacionamento com este superior Colegiado sempre esteve restrito à Quinta e à Sexta Turma e, em consequência, à Terceira Seção. Os demais Ministros conhecíamos pelos lúcidos pronunciamentos e pelos acórdãos. E V. Exa Ministro Romildo, principalmente por sua atuação como Corregedor da Justiça Federal, que bem acompanhamos, pois inovadora e bastante saneadora. Neste momento, nesta despedida, longe daquele formalismo rígido das sessões plenárias, é nosso desejo consignar que essa preocupação foi pouco a pouco se desvanecendo e cedendo lugar a um sentimento de admiração e honra, não só de ter assento junto a esta Magistratura, mais do que qualificada, mas, especialmente, de ter assento a sua direita. Sentimentos esses advindos, principalmente, do trato pessoal recebido do dia-a-dia e dos diálogos, quase mudos, consubstanciados em nossas manifestações, seguidos de suas sábias decisões.

Receba, assim, Sr. Ministro Romildo, os nossos agradecimentos por nos proporcionar esse ambiente tão agradável, dessa convivência quase que diária. Receba, ainda, os cumprimentos do Ministério Público Federal por ter de forma tão eficiente e tão altiva exercido as funções de Presidente da mais alta Corte nacional deste País, no que se refere à aplicação da lei, elevando-a, inclusive, no cenário jurídico nacional.

Encerrou-se a sessão às 16:45 horas, tendo sido julgados 14 processos, ficando o julgamento dos demais feitos adiados para a próxima sessão.

Brasília, 18 de junho de 1997.

MINISTRO BUENO DE SOUZA PRESIDENTE DA SESSÃO
BEL^a LUCIA MARGARET SIMAS MOURA SECRETÁRIA